

A favor de Althusser

Luiz Eduardo Motta. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. Rio de Janeiro : Gramma, 2014.

Maurício Vieira Martins. Doutor em Filosofia, membro do Conselho Consultivo de marxismo²¹.

I.

“A vantagem de Althusser em relação a Foucault parece evidente. Althusser procede exatamente no sentido inverso – desde o começo, concebe estes microprocessos como partes dos AIE [Aparelhos Ideológicos de Estado], ou seja, como mecanismos que, para serem atuantes, para ‘captarem’ o indivíduo sempre já pressupõem a presença maciça do Estado, a relação transferencial do indivíduo com o poder do Estado, ou, nos termos de Althusser – com o Outro ideológico em que se origina a interpelação” (Zizek, *apud* Motta: pp.98/99, n. 95)

É desta forma que Slavoj Zizek se pronuncia sobre as diferenças das concepções de poder entre Althusser e Foucault. O que a argumentação de Zizek deixa claro é que a posição althusseriana se beneficia de uma incorporação de conceitos oriundos de um outro campo do saber, a psicanálise: ao invés de endossar a (manifesta) dispersão do poder por todas as instâncias da sociedade, Althusser nos mostra que mesmo esta dispersão supõe o Outro ideológico que desde cedo se infiltra na experiência vivida das diversas classes sociais. Saturados pela linguagem em sua articulação com a vida social, sujeitos e classes sociais se remetem diuturnamente a uma alteridade que os constitui. Notemos, porém, que Foucault era particularmente resistente a fazer tal incorporação da psicanálise, por lê-la, sobretudo, no registro de um dispositivo de controle social.

Para quem se interessa por esta e por outras contribuições de Althusser ao marxismo, já existe um livro de um autor brasileiro que mapeia de forma rigorosa aspectos importantes do pensamento do filósofo franco-argelino. Em *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*, Luiz Eduardo Motta oferece um amplo panorama do trajeto do filósofo, de vários de seus conceitos, e da áspera controvérsia que se travou em torno deles. Dividido em quatro capítulos, o texto consegue percorrer momentos distintos da obra (com ênfase na famosa fase de autocrítica de Althusser), elegendo aqueles núcleos temáticos que mais geraram repercussões no âmbito do debate político e acadêmico.

Com este intuito, o primeiro capítulo introduz o leitor a Althusser, apresentando inicialmente alguns dados biográficos e o ambiente intelectual e político em que o filósofo produziu. Motta, ele próprio um althusseriano, afirma que o pensador foi objeto de críticas que desconheciam o conteúdo de seu pensamento, truncando-o ao ponto de o tornarem irreconhecível: o texto é particularmente ácido com o historiador inglês E. P. Thompson que, em *A miséria da teoria*, teria produzido “uma das críticas mais caricatas e grotescas da teoria de Althusser” (p. 14), afirmação a ser devidamente debatida, a nosso ver, pelos estudiosos deste proeminente historiador. Logo a seguir, Motta recupera alguns temas característicos do althusserianismo, como sua polêmica com o humanismo (por ele considerado como uma perspectiva fortemente ideológica, contaminada por crenças liberais), sua nova concepção de dialética (e sobre ela retornaremos logo a seguir), bem como examina o teor do relacionamento existente entre Althusser e o stalinismo, um tema sempre tenso no âmbito do marxismo. Nesta apresentação inicial, emerge a distância aberta por Althusser frente à pesada ortodoxia então vigente nos partidos políticos de esquerda – que frequentemente produziam apenas manuais exortatórios – rebaixando o pensamento de Marx a uma vulgata para uso cotidiano. Daí a necessidade de se pensar o “marxismo enquanto uma problemática aberta, sem uma finalidade já dada, e sem um Sujeito centrado *a priori*” (p. 42), em tudo distante de uma teleologia histórica e de uma filosofia do sujeito.

O segundo capítulo aborda a importância dos conceitos de contradição e sobre-determinação. Recorrendo a *Sobre a contradição*, texto ainda pouco discutido de Mao-Tse Tung no Brasil, Motta acompanha a elaboração de Althusser feita sobre ele. Há que destacar a singularidade da concepção de dialética daí resultante, pois nela não encontramos uma síntese apaziguadora dos momentos contraditórios. Concepção que pode ser nomeada como uma *dialética sem síntese*, que gera permanentemente um empuxo para um devir histórico imprevisível. Mesmo numa sociedade que luta por uma transição para o socialismo, as contradições permanecem; seria ilusório esperar por um estancamento do processo histórico (p. 48). Não por acaso, é neste momento do texto que se torna mais nítida a relação existente entre Althusser e o estruturalismo: “o marxismo não se diferencia do estruturalismo apenas pela prioridade do processo sobre a estrutura, mas sim pelo primado da contradição sobre o processo” (p. 60, n. 67). Mesmo no âmbito dos colaboradores mais próximos de Althusser, podem ser detectadas diferenças na concepção de contradição. Divergindo de E. Balibar, para quem “a causa não é em si dividida, não pode analisar-se em termos antagônicos”, Motta sustenta que

não cabe falar num antes ou num depois em relação às estruturas e às contradições (p. 60), pois estas últimas se inscrevem na própria constituição das estruturas (afirmação, a nosso ver, que tem consequências teóricas relevantes, que apontam num sentido algo distinto, por exemplo, do pensamento de Spinoza, interlocutor privilegiado do próprio Althusser).

Também a noção de totalidade defendida por Althusser – fortemente inspirada na *Introdução à crítica da economia política* de Marx – merece atenção neste debate. Com efeito, a formulação de um “‘todo-complexo-estruturado’ com autonomia relativa entre as estruturas e as instâncias” (p. 58) permite precisar uma certa concepção de totalidade que, na leitura rasa do marxismo feita pela II Internacional, operava praticamente como um monólito. Em contrapartida, o registro de que as temporalidades das instâncias que compõem um modo de produção são heterogêneas é o antídoto necessário para a tendência a se derivar automaticamente do momento econômico as demais dimensões da vida social.

O terceiro capítulo – em nosso entendimento, o mais instigante – se debruça sobre o conceito de ideologia e, partindo de indicações fornecidas por Marx, mostra o desenvolvimento peculiar que Althusser a ele imprimiu. Algumas observações merecem atenção: a busca por um entendimento da ideologia que enfatize sua materialidade, sua eficácia própria nas relações sociais (entendimento distinto daquele que tacitamente a formula apenas no âmbito de uma consciência falsa), bem como sua inserção no âmbito do todo-complexo. Diríamos que é neste momento que a interlocução com a psicanálise se torna mais evidente. Ao colocar em evidência as sucessivas interpelações feitas pela ideologia (pensemos no nacionalismo, por exemplo), nos deparamos com o efeito de reconhecimento produzido naqueles sujeitos que estão submetidos a ela. Daí sua eficácia: o discurso ideológico produz um suposto universal: “a ideologia enquanto uma prática na qual, por meio das interpelações, constituem sujeitos numa relação imaginária com as suas condições reais de existência”(p. 90). O tema da relação imaginária com as condições reais de existência, recordemos, é um dos pontos de charneira entre marxismo e psicanálise, que vem recebendo desdobramentos teóricos mais recentes, inclusive por autores distantes do pensamento de Althusser. Pois os referidos sujeitos não são livres, mas ‘já-sujeitados’ a uma ordem simbólica – além da ordem material, decifrada com rigor por Marx – que também os ultrapassa.

O quarto e último capítulo desenvolvem o tema da democracia no marxismo, e em particular no marxismo althusseriano. Após destacar alguns momentos do percurso do

próprio Marx sobre o tema, Motta examina com mais vagar algumas características do chamado eurocomunismo a partir de meados do século 20, com ênfase em sua aposta na democracia como valor universal. Ocorre que tal exame evidencia a necessidade de previamente desmistificar as ilusões do pensamento liberal sobre o que é a democracia; neste sentido, é sempre oportuna a advertência de Lenin: “não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo, mesmo na república burguesa mais democrática” (p. 119). Os limites constitutivos da democracia liberal – e de sua “escravatura assalariada” encontram uma espécie de inverso simétrico nos sucessivos mal entendidos em torno da categoria ditadura do proletariado. Com efeito, satanizada pelo pensamento liberal, tal categoria visa, sobretudo, colocar em evidência o seu outro, a ditadura burguesa cotidiana, comandada por uma minoria da população e naturalizada pela ideologia dominante.

Por outro lado, merece aqui referência uma questão que surgiu com força ao longo do século 20: a proximidade excessiva daqueles partidos políticos que veiculavam um conteúdo revolucionário com o aparelho de Estado. De fato, partidos fundados com a explícita intenção de alavancar uma transformação social, findaram por se tornar um “dique de contenção para os avanços das transformações durante o período de transição socialista, ou da ditadura do proletariado” (p. 130), daí a crítica aos procedimentos que findam por promover uma fusão do Estado com o partido revolucionário. Foi este o contexto mais geral da tomada de posição althusseriana contra o eurocomunismo, por avaliar que ele envolvia largas concessões a um *status quo* e que a proposta socialista, em contrapartida, deveria ter um conteúdo democrático bem mais alargado, substantivo. O capítulo se encerra acompanhando o debate entre Althusser e Poulantzas sobre o tema. Registremos que, embora numa perspectiva mais geral Motta se posicione a favor de Althusser neste embate, ele reconhece aspectos positivos do pensamento de seu interlocutor, principalmente no que diz respeito às fragilidades da tese de Althusser sobre a externalidade do Estado no que toca às relações de produção (p. 140).

II.

“Meu amigo Althusser, frequentemente, pensa de uma forma extrema, ‘torce o bastão’ em um ou outro sentido e cai tanto em um extremo como em outro” (Poulantzas, *apud* Motta: p. 136, n. 121)

Dentro da proposta feita pelo blog marxismo21 (que nos solicita resenhas que apresentem alguma polêmica sobre a obra resenhada), encerremos este breve escrito levantando uma questão sobre o trabalho realizado por Luiz Eduardo Motta. Questão que diz respeito ao fato dele, em sua apresentação e análise de Althusser, assumir um tom de defesa apaixonada do autor em foco; examinemos isso mais de perto. Não resta dúvida que a relação identificatória muito estreita do autor de *A favor de Althusser* com o próprio filósofo tem o grande mérito de nos oferecer um cuidadoso percurso não só em sua obra como também na de vários intérpretes que se debruçaram sobre ela (impossível de ser aqui resumida, a riqueza da bibliografia secundária impressiona). Por outro lado, a identificação com Althusser leva o texto a adquirir um caráter *reativo* muito acentuado em face de vários outros autores que realizaram um percurso distinto no interior da teoria marxista: se a exposição do pensamento althusseriano é feita de modo muito circunstanciado, o mesmo não ocorre quando se trata de analisar estes últimos (e a referência a N. Poulantzas parece ser a exceção neste panorama). Assim, pensadores como A. Gramsci e G. Lukács são recorrentemente desqualificados ao longo de todo o livro, procedimento que certamente não faz avançar o debate. Diríamos inclusive que, aqueles jovens leitores que não conhecem o pensamento de Gramsci e Lukács, a depender apenas de *A favor de Althusser*, formarão um juízo quase caricatural de obras na verdade muito fecundas.

Motta reclama que os críticos não leram com atenção os argumentos de Althusser; porém, seria preciso considerar o fato de que, se houve críticas deslocadas, houve também aquelas justas, que não foram animadas pelo simples desejo de desqualificar o filósofo, mas antes de tornar produtivo o debate teórico e político. Tomando como mote a afirmação de Poulantzas citada pouco acima (o ‘torcer o bastão’ em um ou outro sentido), examinemos dois outros exemplos onde bem se detecta a tendência althusseriana em isolar categorias que seriam melhor visualizadas em sua interação recíproca.

O primeiro exemplo se relaciona com o contraste feito por Althusser entre o real e o pensamento. Acompanhando com fidelidade o argumento do filósofo, Motta afirma: “o concreto pensado pertence ao pensar e não ao real. O processo do conhecimento, o trabalho de elaboração pelo qual o pensamento transforma as intuições e as representações do início em conhecimentos, ou concreto de pensamento, dá-se inteiramente no pensamento” (p. 77). Pois bem, reconhecida a singularidade do trabalho

teórico, seria preciso acrescentar que uma das contribuições mais fecundas da teoria do conhecimento de Marx é precisamente mostrar que determinadas categorias de análise só podem ser produzidas devido a uma complexificação sem precedentes assumida pelo próprio real. O tema foi detectado por uma linhagem de autores, a rigor muito diferentes entre si, que começa em Alfred Sohn-Rethel, prossegue na obra tardia de G. Lukács e chega aos dias de hoje nas análises de Anselm Jappe (em *As aventuras da mercadoria*¹). O traço em comum entre estes autores é a demonstração de que, embora o ato de abstrair seja em primeira instância realizado pelo pensamento, é o próprio real do modo de produção que permite a constituição de certas categorias de análise. Tomemos o argumento de Marx sobre a basilar categoria do *trabalho em geral*: se apenas Adam Smith conseguiu produzi-la (e não Aristóteles, como será frisado em *O capital*), isso não se deveu a um déficit de cognição do filósofo grego – hipótese ociosa... – mas antes às determinações engendradas pela sociedade burguesa na qual Adam Smith se inseria: “as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico”². Neste caso, e diferentemente do que supunha Althusser, o concreto de pensamento – sem dúvida produto de um sujeito pensante – pressupõe o próprio processo histórico real. Se certamente existe uma diferenciação a ser feita entre pensamento e realidade, existe também entre eles a afirmação de uma peculiar relação (aquela que o velho Hegel – precisamente o autor repudiado por Althusser – havia chamado de uma *determinação reflexionante*; o tema das determinações reflexionantes é hoje considerado por muitos como a herança hegeliana mais fecunda, ainda que profundamente reformulada, no pensamento de Marx).

O segundo exemplo da tendência analítica bem marcada de Althusser pode ser encontrado em sua aposta num discurso científico inteiramente livre de infiltrações ideológicas, ou seja, na oposição radical entre ciência e ideologia: “no aspecto epistemológico, a ideologia é definida como o *outro* da ciência. (p. 76, grifado no original)”. Foi uma certa apropriação da categoria bachelardiana do corte epistemológico que levou Althusser a tal suposição. Indicando um tempo forte na história da ciência, a noção de corte parece funcionar bem nas ciências da natureza (onde Bachelard teve sua formação especializada). Na elaboração althusseriana feita sobre a categoria, aquelas teses anteriores ao corte são nomeadas como ideológicas e apenas as posteriores adquirem paulatinamente o status de ciência. O problema é que,

¹ Jappe, A. *As aventuras da mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2006, especialmente pp.34-44.

² Marx, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 57.

passados mais de 20 anos do falecimento do filósofo e, levando em conta a aguda fragmentação do debate existente mesmo no interior do marxismo, soa problemático supor ser possível traçar uma linha definida tão nítida entre ciência e ideologia. Se o relativismo não é um bom companheiro de viagem, sua crítica não precisa nos levar à polaridade oposta, a suposição de um discurso inteiramente livre de interferências outras que não as da própria ciência. Lateralmente, observemos que quando Althusser busca inspiração em B. Spinoza (para distanciar-se de um marxismo excessivamente hegelianizado), ele a nosso ver estabelece uma relação bem mais matizada – e produtiva – com a história do pensamento. Com efeito, é patente que Althusser não endossa a problemática spinozana como um todo, o que não o impede de estabelecer uma relação afirmativa com este magnífico filósofo, como que reconhecendo que conceitos fecundos podem surgir pela primeira vez mesmo entrelaçados com preocupações ideológicas. (Dentre os momentos em que Althusser se pronunciou acerca de sua relação com Spinoza, podemos citar a seção 4 – ‘Sobre Spinoza’ – de seu livro *Elementos de autocrítica*, bem como algumas elucidativas passagens do texto autobiográfico *O futuro dura muito tempo*).

Contudo, para além destas observações de caráter mais polêmico, lembremos finalmente o justo crédito que Étienne Balibar certa vez dedicou a seu professor e amigo: “durante quase vinte anos Althusser foi, mais do que qualquer outro, o filósofo marxista que, na França e em outras partes, animava a controvérsia. Não somente as suas formulações e as suas posições desencadearam as paixões e as polêmicas entre os ‘marxistas’ de toda classe, senão que também obrigou a outros intelectuais a tomar a sério o marxismo” (p. 11).

Não resta dúvida que Luiz Eduardo Motta se insere e prossegue, em bases althusserianas, esta necessária controvérsia.

Resenha recebida em 16/8/2014